

ACESSO À CARREIRA DE TREINADOR E RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO: UM ESTUDO COM TREINADORES PORTUGUESES EM FUNÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE E DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

ENTERING THE COACHING CAREER AND RECOGNITION OF THE COACH EDUCATION AGENCIES. A STUDY OF PORTUGUESE COACHES' ACADEMIC EDUCATION LEVEL AND PROFESSIONAL EXPERIENCE

Rúben Emanuel Gomes*
Ana Sofia Marques Isidro**
Paula Maria Fazendeiro Batista***
Isabel Maria Ribeiro Mesquita****

RESUMO

O objectivo do estudo foi analisar a representação de 325 treinadores portugueses acerca da idade e nível de escolaridade mínimos para aceder à carreira de treinador e do reconhecimento das entidades responsáveis pela formação, em função do nível de escolaridade e da experiência profissional. Foi aplicado um questionário após a sua validação de construção e de conteúdo. Os treinadores apontaram a idade de 18 anos como a mínima para acesso à carreira de treinador, e quanto à escolaridade mínima, a categoria *todos* foi a mais frequente, já que apenas os treinadores com formação superior em Educação Física e Desporto destacaram a importância do ensino superior. Os treinadores consideraram que a formação deve ser realizada por todas as entidades formalmente reconhecidas. Os treinadores com formação em Educação Física e Desporto apontaram a importância da complementaridade entre a formação federativa e a académica em Desporto. As representações dos treinadores não se diferenciaram em função da experiência profissional.

Palavras-chave: Formação de treinadores. Formação académica. Experiência profissional.

INTRODUÇÃO

A formação de treinadores tem experimentado um crescente interesse na agenda da investigação, mormente a partir da década de noventa do século passado (ABRAHAM; COLLINS, 1998; CASSIDY; JONES; POTRAC, 2004; CÔTÉ, 1998; GILBERT, 2002). Tal deve-se ao significativo aumento de importância que o desporto vem assumindo no seio da sociedade actual, fato pelo qual os treinadores, parte importante deste fenómeno, têm sido alvo de pesquisas no sentido de corresponderem às exigências impostas pela sua qualificação profissional.

Apesar de a implementação dos programas de formação de treinadores se encontrar em

franco desenvolvimento nos últimos 30 anos (GILBERT; TRUDEL, 1999), a investigação existente nesta área foi escassa por largos tempos. Durante o período de 1970 a 2001, apenas 24 de um total de 661 estudos (3,9%) relacionados com os treinadores foram desenvolvidos na área da formação (GILBERT, 2002). A maioria dos estudos centrados na formação dos treinadores caracterizava-se não só por sua dispersão, mas também pela falta de robustez de um modelo teórico (LYLE, 2002). Desde esse período até ao presente momento tem-se assistido a um franco desenvolvimento de estudos empíricos (ERICKSON et al., 2008; NELSON et al., 2006; TRUDEL; GILBERT, 2006) centrados na temática, principalmente em

* Licenciado pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

** Mestre pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

*** Professora Auxiliar da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

**** Professora Associada com Agregação da Faculdade de Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

países como o Canadá, os Estados Unidos e a Inglaterra (CUSHION et al., 2010).

Actualmente, a evolução a que se vem assistindo ao nível do treino exige dos treinadores um domínio de conhecimentos oriundos das Ciências do Desporto (GILBERT et al., 2006). Segundo Lyle (2002), treinar implica uma aquisição de conhecimentos de natureza multidimensional, além dos específicos da própria modalidade, dada a sua influência na qualidade do processo de treino. Kirk e Gorely (2000) advertem que treinadores mais qualificados proporcionam aos seus atletas processos de formação desportiva mais apropriados e enriquecidos, em que os domínios pessoais e sociais são asseverados em concomitância com o desportivo.

Por outro lado, Knowles, Borrie e Telfer (2005) reforçam que o estudo científico na área da formação dos treinadores pode significar uma ajuda fulcral na identificação das prioridades de formação. Neste âmbito, Roy e Villeneuve (2002) apontam a necessidade de criar linhas orientadoras específicas e consistentes para se elegerem as fontes e conteúdos de formação dos cursos de certificação de nível e de formação contínua.

Na maioria dos países, a função de treinador exige um processo de acreditação, na sua generalidade adquirido após a realização de um curso de formação de treinadores (CAMPBELL, 1993; KOZEL, 1998); contudo, embora alguns aspectos sejam semelhantes nos diferentes países, existem algumas discrepâncias no que respeita às propostas de acreditação a nível mundial (CAMPBELL, 1993).

Com o intuito de organizar todo o processo de formação qualificada dos treinadores desportivos, o projecto europeu de alinhamento da formação superior das profissões do Desporto AEHESIS (*Aligning a European Higher Education Structure In Sport Science*), desenvolvido pela rede *ERASMUS Thematic Network Project* (DUFFY, 2006), estabeleceu que as instituições nacionais competentes no processo de formação de treinadores podem e devem assegurar a acreditação, destacando-se entre elas as federações desportivas, as instituições de ensino superior e, ainda, todas as entidades oficialmente reconhecidas no processo de acreditação.

Em Portugal, a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de dezembro) aponta a necessidade de reconhecer a existência de treinadores devidamente qualificados como condição indispensável não só para garantir a qualificação da sua intervenção prática, mas também para assegurar o cumprimento dos valores da ética desportiva e do espírito desportivo.

Neste âmbito, segundo o relatório do *English Sport Council* de 1997 da AEHESIS (DUFFY, 2006), as universidades representam um elevado potencial para proceder à certificação profissional do treinador desportivo. Como refere Mesquita (2010), a formação universitária, pela inquietude, curiosidade e assertividade no tocante à compreensão e resolução de fenómenos e problemas emergentes, constitui um nicho de excelência na produção de saberes. Essa mais-valia assegura aos futuros treinadores a possibilidade de desenvolverem atitudes de pesquisa, de interesse e análise dos problemas correntes da prática, em sede de Treino Desportivo, escudadas em saberes teóricos cientificamente suportados. Em Portugal, no momento actual, a lei prevê que a cédula de treinador pode também ser obtida através da habilitação académica de nível superior na área do desporto, para além da tradicional via do sistema desportivo (Decreto-Lei n.º 248-A/2008 de 31 de dezembro).

Na temática das condicionantes do acesso à carreira de treinador surge a questão da escolaridade, ofertando a mesma controvérsia observada nas diferentes propostas que surgem por todo o mundo. A actual procura de reconhecimento da profissão de treinador implica também que este denote um nível básico de competências cognitivas (CÔTÉ; GILBERT, 2009; DEMERS et al., 2006; JONES, 2006; SANTOS et al., 2010), razão pela qual o 2º grau completo é considerado como requisito para se aceder à carreira de treinador. Não obstante, outras propostas extremas surgem, como o acesso por todos os indivíduos e, ainda, a formação específica em Educação Física e Desporto. Jones (2006) e Demers et al., (2006) realçam a importância dos cursos superiores em Educação Física e

Desporto, na medida em que estes fornecem conhecimento robusto ao nível das pedagogias e didácticas e, ainda, nas ciências do desporto, saberes basilares para a construção de um conhecimento sólido assente em pressupostos científicos consistentes.

A idade mínima de acesso é outra variável que mostra oscilações notáveis entre programas de formação ao nível internacional. No estudo de Resende, Mesquita e Romero (2007) aplicado a treinadores de voleibol (Portugal, Brasil, Itália, França e Espanha) verificou-se que apenas em alguns países é exigida uma idade mínima como pré-requisito para o acesso à formação. Em contrapartida, Espanha e França exigem que os formandos tenham no mínimo 17 e 18 anos, respectivamente.

No estudo das variáveis *entidades responsáveis pela formação, a escolaridade mínima obrigatória e a idade mínima de acesso* assume ainda importância perceber em que medida as características dos treinadores, mormente a experiência profissional e o nível de escolaridade, interferem no entendimento que esses profissionais denotam neste domínio.

De facto, o nível de escolaridade oferece referências valiosas acerca do modo como os treinadores entendem a sua formação, dada a diversidade de experiências intelectuais e culturais existentes (RUPERT; BUSCHNER, 1989; SANTOS et al., 2010). Neste domínio, importa diferenciar a formação superior em Educação Física e Desporto das outras formações superiores, uma vez que a primeira é considerada uma fonte de conhecimento fundamental na orquestração da *expertise* (BLOOM, 1997; DEMERS et al., 2006). Por seu turno, a experiência mostra ser uma variável que diferencia os treinadores nas concepções que denotam e nas competências que demonstram para o exercício profissional (ERICKSON et al., 2008; JONES et al., 2004; DUFFY, 2006).

Tendo por referência o facto de em Portugal se verificarem no momento actual grandes transformações no processo de formação de treinadores, as quais já encontram eco na nova legislação de treinadores (IDP, 2010), pela influência dos movimentos operantes na Europa (ex. AEHESIS), (MESQUITA, 2010), importa

aceder à representação dos treinadores portugueses em aspectos determinantes da qualificação da sua formação.

Assim, considerando o nível de experiência profissional e o nível de escolaridade, o presente estudo pretendeu analisar a representação de treinadores acerca das condições de acesso à carreira de treinador, nomeadamente no tocante à idade mínima requerida, ao nível de escolaridade e à identificação das entidades que devem ser responsáveis por essa mesma formação. Neste alcance, pretende-se responder a quatro questões: 1) Deverá existir uma idade mínima para se iniciar a carreira de treinador? 2) Qual o nível de escolaridade requerido para se aceder à carreira de treinador? 3) Que entidades devem ser responsáveis pela formação de treinadores? 4) Serão o nível de escolaridade e a experiência profissional factores condicionantes na representação dos treinadores nestas variáveis?

MÉTODOS

Participantes

Neste estudo participaram 325 treinadores portugueses de vinte e duas ($n=22$) modalidades desportivas. Dos 325 treinadores, 276 eram do sexo masculino e 49 do sexo feminino. A média das idades dos participantes situou-se em 32.25 (± 9.78).

Relativamente à experiência profissional, em 43,2% ($n=123$) dos treinadores o tempo de exercício da função variou entre 1 e 5 anos; em 17,5% ($n=50$), entre 6 e 9 anos; e por último, 39,3% ($n=112$) treinavam havia 10 ou mais anos. Cerca de 15,2% ($n=51$) dos inquiridos não responderam a esta pergunta. Esta categorização foi elaborada com base nas fases de iniciação e estabilização de Burden (1990), que defende que o período de estabilização do treinador tem início após 5 anos de experiência. Por outro lado, para alcançar a *expertise*, o treinador terá de exercer por pelo menos 10 anos a actividade profissional (ABRAHAM et al., 2006).

Uma vez que a formação superior pode distinguir a representação dos treinadores acerca do tema em análise, esta foi diferenciada da formação até ao *Ensino Médio* (41,5%; $n=135$).

Por seu turno, a formação superior foi dividida em *Educação Física e Desporto* (46,5%; $n=151$) e *outras formações superiores* (12,0%; $n=39$), pelo facto de a primeira não raramente especificar matérias adstritas à formação do treinador (DEMERS, 2006). No grupo *outras formações superiores*, os treinadores possuíam uma ampla gama de cursos: economia, psicologia, gestão, ciências agrárias, biologia e estudos militares não relacionados com cursos das áreas da educação.

Recolha dos dados e instrumento

Para a recolha de dados foi aplicado um questionário constituído de duas partes: uma relativa aos aspectos demográficos dos treinadores (sexo, idade, profissão, escolaridade, anos de experiência como treinador e respectiva modalidade) e uma referente às questões associadas às condições de acesso e entidades responsáveis pela formação de treinadores. Esta parte do questionário foi objecto de validação de construção por meio da consulta à literatura da especialidade (RESENDE et al., 2007; DEMERS et al., 2006; DUFFY, 2006; MESQUITA, 2010; ROSADO; MESQUITA, 2009; SALMELA, 1996; WRIGHT et al., 2007) seguida da validação de conteúdo, a qual comportou duas fases. Numa primeira, o questionário foi revisto por um grupo de três peritos (doutores em Ciências do Desporto, especialistas nesta área de investigação e com experiência alargada como treinadores), o qual procedeu à actualização de alguns dos itens presentes no questionário original, tornando-o mais adequado ao estudo a realizar. Na segunda fase, para a verificação da objectividade, clareza e inteligibilidade das questões, foi realizado um estudo piloto com a participação de 30 treinadores de diversas modalidades e escalões de prática, e ainda com diferentes níveis de experiência. A versão final do questionário originou um questionário composto por 13 itens, dos quais 3 continham respostas de natureza dicotómica e os 10 restantes eram de múltipla escolha.

O preenchimento dos questionários teve lugar em congressos e seminários adstritos à formação de treinadores. Os investigadores garantiram que a identidade dos voluntários se

manteria anónima, sendo obtida uma declaração de consentimento livre e esclarecido. Os objectivos do estudo foram explicados antes do preenchimento do questionário, processo que durou entre 15 e 20 minutos.

Análise de dados

Recorreu-se à estatística descritiva para obter as frequências e percentagens de ocorrência de cada uma das variáveis.

Relativamente à análise da idade mínima de acesso à carreira de treinador em função do nível de escolaridade e da experiência profissional bem como da sua interacção, foi aplicada a *Anova Two-way* após verificação dos pressupostos da normalidade com o teste de *Shapiro-Wilk* ($p>0.05$) e da homogeneidade com o teste de *Levene* ($W(8,253)=1,499$; $p=0.158$). A dimensão do efeito foi avaliada pelo η^2_p e as diferenças entre grupos foram avaliadas com o teste *Fisher LSD* para $\alpha =0.05$.

Para testar a associação entre *as variáveis Nível de escolaridade mínimo de acesso à carreira de Treinador/ Entidades Responsáveis pela Certificação de Nível e a experiência profissional e o nível de escolaridade*, recorreu-se ao Qui-quadrado (χ^2) de *Pearson*. As células com resíduos ajustados inferiores a -1,96 e superiores a +1,96 explicam a relação de dependência entre as duas variáveis. O nível de significância foi estabelecido em $p\leq 0,05$. Todas as análises foram efectuadas com o *software SPSS Statistics*.

RESULTADOS

Idade mínima de acesso à carreira de treinador

Os resultados mostraram que os treinadores, quando inquiridos relativamente à idade mínima para o acesso à carreira de treinador, apontaram como idade média o valor de $18,15\pm 2,87$.

Quando se analisou esta variável em função dos grupos (nível de escolaridade e experiência profissional) verificaram-se resultados significativos apenas para a variável *Nível de Escolaridade* ($F_{(2,253)} = 0,035$; $\eta^2_p=0,026$; $\pi=0,637$), com uma diferença significativa ($p=0,041$) entre os treinadores com formação até ao

Ensino Médio ($M=18,39$; $SD=2,394$) e os treinadores com *outras formações superiores* ($M=17,26$; $SD=3,612$). Neste âmbito, os primeiros apresentaram uma média superior na percepção da idade mínima de acesso à carreira de treinador. O efeito observado apresenta, no entanto, uma dimensão pequena, pois a proporção da variabilidade do erro explicada pelo nível de escolaridade é de apenas 2,6%. Verificou-se também uma relação de independência entre as duas variáveis (nível de escolaridade e experiência profissional), já que o efeito da sua interação não foi significativo ($p>0,05$).

Nível de escolaridade mínimo de acesso à carreira de treinador

No respeitante ao nível de escolaridade verificou-se que a categoria que assumiu maior frequência de ocorrências foi *Todos* os indivíduos devem ter acesso à carreira de treinador, seguida da categoria *Ensino Médio*, *Ensino Fundamental* e, por fim, *Ensino Superior* (Tabela 1). Verifica-se a existência de uma relação de independência entre as duas variáveis ($\chi^2=12,144$; $p=0,145$), o que significa que a opinião dos treinadores quanto ao nível de escolaridade mínima de acesso à carreira de treinador não varia em função do seu nível de experiência profissional.

Tabela 1 - Tabela de contingência para o nível mínimo de escolaridade para acesso à carreira de treinador em função da experiência profissional.

Escolaridade mínima no acesso à carreira de treinador		Experiência Profissional			Total
		1 a 5 anos	6 a 9 anos	≥ 10 anos	
Ensino Fundamental	Frequência	31	7	31	
	Frequência esperada	29,7	12,3	27	69
	Percentagem	44,9%	10,1%	44,9%	
	Resíduos ajustados	0,4	-1,9	1,1	
Ensino Médio	Frequência	32	18	31	
	Frequência esperada	34,8	14,4	31,7	81
	Percentagem	39,5%	22,2%	38,3%	
	Resíduos ajustados	-0,8	1,2	-0,2	
Ensino Superior	Frequência	21	10	11	
	Frequência esperada	18,1	7,5	16,4	42
	Percentagem	50,0%	23,8%	26,2%	
	Resíduos ajustados	1	1,1	-1,9	
Todos	Frequência	39	15	39	
	Frequência esperada	40	16,6	36,4	93
	Percentagem	41,9%	16,1%	41,9%	
	Resíduos ajustados	-0,3	-0,5	0,7	
Total	Frequência	123	51	112	285
	Frequência Esperada	123	51	112	
	Percentagem	43,0%	17,8%	39,2%	

Em relação ao nível de escolaridade mínima para acesso à carreira de treinador, em função da formação académica dos indivíduos, a categoria *Todos* apresentou a frequência mais elevada, seguida das categorias *Ensino Médio*, *Ensino Fundamental* e, por fim, *Ensino Superior* (Tabela 2).

Verificou-se uma relação de dependência entre o nível de escolaridade dos treinadores e a escolaridade mínima de acesso à formação ($\chi^2=58,37$; $p < 0,001$). Constata-se, assim, que os treinadores com formação até ao Ensino Médio consideraram que *Todos* ($d= 4,8$) os indivíduos

devem poder aceder à carreira de treinador, incluindo os indivíduos com apenas o *Ensino Fundamental* ($d=2,6$). Por seu turno, os treinadores com formação superior em Educação Física consideraram que o *Ensino Superior* ($d=4,8$), ou pelo menos, o *Ensino Médio* ($d=2,3$) são as situações mais adequadas para se aceder à carreira de treinador, em oposição ao acesso por *Todos* ($d=5,2$). Os treinadores com outras formações superiores apontam mais o *Ensino Médio* como o nível de escolaridade mínima para acesso à carreira de treinador ($d=2,3$).

Tabela 2 - Tabela de contingência para o nível de escolaridade mínimo de acesso à carreira de treinador em função do nível de escolaridade dos treinadores.

Escolaridade mínima de acesso à formação		Nível de Escolaridade			Total
		Formação até ao Ensino Médio	Formação superior Educação Física	Outras formações superiores	
Ensino Fundamental	Frequência	41	31	4	76
	Frequência esperada	31,3	35,5	9,1	
	Percentagem	53,9%	40,8%	5,3%	
	Resíduos ajustados	2,6	-1,2	-2,1	
Ensino Médio	Frequência	22	52	17	91
	Frequência esperada	37,5	42,6	10,9	
	Percentagem	24,2%	57,1%	18,7%	
	Resíduos ajustados	-3,9	2,3	2,3	
Ensino Superior	Frequência	10	43	4	57
	Frequência esperada	23,5	26,7	6,8	
	Percentagem	17,5%	75,4%	7,0%	
	Resíduos ajustados	-4	4,8	-1,3	
Todos	Frequência	61	25	14	100
	Frequência esperada	41,2	46,8	12	
	Percentagem	61,0%	25,0%	14,0%	
	Resíduos ajustados	4,8	-5,2	0,7	
Total	Frequência	134	152	39	325
	Frequência esperada	134	152	39	
	Percentagem	41,2%	46,8%	12,0%	

Entidades responsáveis pela certificação de nível

No âmbito da análise relativa às entidades responsáveis pelos cursos de certificação de nível, com base na experiência profissional dos treinadores (Tabela 3), é possível constatar que a categoria mais frequente foi *Todas as Entidades Oficialmente Reconhecidas*, surgindo posteriormente *as Federações*. A categoria

Ensino Superior em Educação Física e Desporto surge com os valores mais reduzidos.

As duas variáveis em análise mostraram uma relação de independência ($\chi^2=4.288$, $p=0.638$), o que significa que a opinião dos treinadores acerca das *entidades responsáveis pela formação* não variou em função da sua *experiência profissional*.

Tabela 3 - Tabela de contingência para a entidade responsável pela formação em função da experiência profissional dos treinadores.

Entidades Responsáveis pela Formação		Experiência profissional			Total
		1 a 5 anos	6 a 9 anos	≥ 10 anos	
Ensino Superior Educação Física e Desporto	Frequência	3	2	2	7
	Frequência esperada	3	1,2	2,8	
	Percentagem	42,9%	28,6%	28,6%	
	Resíduos ajustados	0	0,8	-0,6	
Federações	Frequência	38	19	40	97
	Frequência esperada	41,9	17	38,1	
	Percentagem	39,2%	19,6%	41,2%	
	Resíduos ajustados	-1	0,7	0,5	
Todas as Entidades oficialmente reconhecidas	Frequência	80	29	70	179
	Frequência esperada	77,3	31,4	70,3	
	Percentagem	44,7%	16,2%	39,1%	
	Resíduos ajustados	0,7	-0,8	0	
Total	Frequência	123	50	112	285
	Frequência esperada	123	50	112	
	Percentagem	43,2%	17,5%	39,3%	

Relativamente às representações dos treinadores quanto às entidades responsáveis pela formação, em função do nível de

escolaridade, verificou-se que a categoria *Entidades Oficialmente Reconhecidas* apresentou os valores de frequência mais

elevados, seguindo-se as federações e, por fim, o *Ensino Superior em Educação Física e Desporto* (Tabela 4).

A formação académica mostrou interferir na representação dos treinadores relativamente às entidades responsáveis pela formação ($\chi^2=28.897$, $p<0,001$). Neste sentido, existem diferenças entre os treinadores com formação até ao *Ensino Médio* e aqueles com *Formação*

Superior em Educação Física e Desporto. Os primeiros consideraram que a formação de treinadores deveria ser mais da responsabilidade das federações ($d=4,2$) e menos do *Ensino Superior Educação Física e Desporto*, enquanto os segundos consideraram que a formação deve ser de responsabilidade de *Todas as Entidades Oficialmente Reconhecidas* ($d= 4,5$).

Tabela 4 - Tabela de contingência para a entidade responsável pela formação em função da formação académica dos treinadores.

Entidades Responsáveis pela Formação		Formação Académica			Total
		Ensino Médio	Formação superior Ed. Física	Outras formações superiores	
Ensino Superior em Educação Física e Desporto	Frequência	3	7	0	10
	Frequência esperada	4,2	4,6	1,2	
	%	30,0%	70,0%	0,0%	
	Resíduos ajustados	-0,8	1,5	-1,2	
Federações	Frequência	63	29	17	109
	Frequência esperada	45,3	50,6	13,1	
	%	57,8%	26,6%	15,6%	
	Resíduos ajustados	4,2	-5,1	1,4	
Todas as entidades oficialmente reconhecidas	Frequência	67	114	22	203
	Frequência esperada	84,3	94,3	24,4	
	%	33,0%	56,2%	10,8%	
	Resíduos ajustados	-4	4,5	-0,8	
Total	Frequência	135	151	39	325
	Frequência esperada	135	151	39	
	%	41,5%	46,5%	12,0%	

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objectivo do presente estudo foi analisar a representação de treinadores portugueses no que respeita à idade e nível de escolaridade mínimos para aceder à carreira de treinador, bem como analisar a sua opinião relativamente às entidades responsáveis pela formação, em função do nível de escolaridade e da experiência profissional.

No que diz respeito à idade mínima de acesso à formação, os resultados do presente estudo vão ao encontro das tendências apontadas na literatura, as quais situam a maioridade, ou seja, a idade de 18 anos (RESENDE *et al.*, 2009; DUFFY, 2006); todavia, o nível de escolaridade dos treinadores foi diferenciador desta variável, já que os treinadores com *Outras Formações Superiores* consideraram a idade de 17,26 anos mais apropriada, contrapondo com os treinadores com o *Ensino Médio*, que

apontaram a idade de 18,39 anos. Com as devidas reservas, estes resultados sugerem que os treinadores com *Outras Formações Superiores* situam os requisitos para se exercer a profissão em outros aspectos que não propriamente a idade. Segundo eles, ser treinador exige a posse de maturidade pessoal e profissional (ROSADO; MESQUITA, 2009), e a idade de referência deverá ter em conta, no mínimo, estes requisitos, dada a elevada responsabilidade que o treinador terá de assumir em qualquer contexto e nível de prática. No estudo de Ibáñez *et al.* (1997), aplicado no basquetebol a 355 treinadores, estes foram da opinião de que a idade mais apropriada para o acesso à carreira de treinador é 16 anos, mas enquanto monitores, já que liderar autonomamente um processo de formação de crianças e jovens exige maturidade. De facto, treinar implica elevada responsabilidade no exercício profissional da actividade, porquanto a qualidade da

formação pessoal, social e desportiva, nomeadamente a dos mais jovens, depende, em grande medida, das atitudes e comportamentos dos que por eles são directamente responsáveis, assumindo, neste âmbito, o treinador um papel privilegiado (JONES, 2006; MESQUITA, 2010).

No que se refere ao *Nível de escolaridade mínimo de acesso à carreira de Treinador*, é indubitável que os treinadores consideraram maioritariamente que a formação académica não deve ser um critério a considerar no acesso à carreira de treinador. Esta tendência foi confirmada no estudo de Resende et al. (2007). Não obstante, o nível de escolaridade dos treinadores mostrou entendimentos diferenciados, os quais apontam no sentido de que quem tem formação académica superior a valoriza, passando-se o inverso com quem não a tem. De facto, os treinadores com formação até ao *Ensino Médio* priorizaram as opções de *Todos* e *Ensino Fundamental* e desvalorizaram a necessidade de se possuir o Ensino Médio; em contrapartida, os treinadores com formação superior em Educação Física e Desporto apontaram a formação académica superior como importante para o acesso à carreira de treinador. A ausência de formação superior retira, não raramente, a percepção da importância que ela tem na formação dos treinadores; contrariamente, a sua existência permite o acesso ao conhecimento científico e a uma cultura mais eclética, eruditamente fundada (MESQUITA, 2010). A mestria profissional implica a aquisição de competências num período de formação educativa alargado (CASSIDY *et al.*, 2004), em particular em Educação Física e Desporto, ao possibilitar o acesso a um conhecimento pedagógico e didáctico sistematizado (DEMERS, et al., 2006).

Entidades responsáveis pela certificação de nível

Em Portugal, o sistema desportivo, através das federações, tem sido o único responsável pela formação de treinadores, estando cada vez mais em foco a formação qualificada que algumas instituições de ensino superior podem conferir aos seus estudantes

(MESQUITA, 2010). Tal entendimento teve eco na mudança de legislação (IDP, 2010), a qual reconhece à formação superior em Educação Física e Desporto legitimidade legal para se constituir uma agência de acreditação de treinadores desportivos, desde que os conteúdos curriculares estejam em estreito alinhamento com os consignados pelo Instituto de Desporto de Portugal.

De facto, a formação qualificada conferida pelo ensino superior pode ser uma mais-valia na formação dos treinadores. Demers et al. (2006) enfatizam, em um estudo realizado sobre a formação de treinadores no âmbito de um curso universitário no Canadá, a importância das competências adquiridas no meio académico, quando os cursos contemplam a componente prática de formação. O estabelecimento de tangências entre o sistema desportivo e o académico é apontado pelo relatório AEHESIS como condição imprescindível para a qualificação da formação de treinadores, pelo contributo que cada um deles pode fornecer na construção de saberes mais ecléticos, ética e cientificamente fundados (MESQUITA, 2010). Estes argumentos podem explicar, em grande medida, o facto de os treinadores do presente estudo, independentemente da experiência profissional e do nível de escolaridade, indicarem que todas as entidades formadoras oficialmente reconhecidas, incluindo federações e ensino superior (62.8% e 71.22%), são credíveis para a formação de treinadores. Estes resultados corroboram o estudo de Resende et al. (2007), aplicado a treinadores de Voleibol, no qual os treinadores apontavam em paridade o sistema desportivo e o ensino superior como detentores de condições para formar treinadores (58.4%).

Tendo em conta a formação académica dos treinadores, os treinadores com formação até ao Ensino Médio atribuíram maior reconhecimento à formação realizada pelas *Entidades Formadoras Oficialmente Reconhecidas* e menor à realizada em sede de *Ensino Superior em Educação Física e Desporto*. Estes resultados reforçam o desconhecimento destes treinadores sobre as características e possíveis mais-valias da formação obtida pela formação específica. Por seu lado, os treinadores com formação em Educação Física e Desporto

enaltecem as mais-valias alcançadas durante o seu percurso académico, valorizando a formação tanto da responsabilidade das entidades desportivas quanto do ensino superior, quando devidamente estruturadas, concorrentes da formação de treinadores qualificados.

O presente estudo evidencia algumas perspectivas de desenvolvimento da temática que deverão ser atendidas em futuras pesquisas. O acesso a informações de carácter dedutivo sobre as representações dos treinadores neste domínio, obtido neste estudo pelo recurso a questionários, constituiu uma mais-valia, na medida em que permitiu caracterizar, em geral, as perspectivas dos treinadores sobre a problemática em estudo; todavia, uma análise de âmbito indutivo, baseada em entrevistas, seria de grande utilidade para o aprofundamento e desenvolvimento da temática, porquanto o estudo situado dos conhecimentos, crenças e concepções de treinadores com experiência alargada no âmbito da formação de treinadores forneceria informações substantivas e de valor insubstituível para a reformulação curricular dos programas de formação de treinadores. Mais se acrescenta a necessidade de contemplar outros tipos de variáveis, ou seja, os modelos e estratégias de ensino em uso e desejáveis para a formação de treinadores, no sentido de se acender a um conhecimento sustentado dos procedimentos pedagógicos e metodológicos que orientam ou deveriam orientar a formação de treinadores. Por fim, atendendo à pertinência da investigação de carácter experimental, seria desejável, tendo-se por referência os desígnios dos programas de formação internacionais de vanguarda, como seja o projecto AEHESIS, bem como os resultados provenientes da investigação, testar novas configurações curriculares no âmbito da formação de treinadores.

CONCLUSÕES

O presente estudo demonstra que os treinadores da presente amostra consideram importante assumir o estatuto de maioria para se desenvolver a actividade de treinador, sugerindo o reconhecimento das responsabilidades que esta actividade acarreta, mormente na qualidade da formação das crianças e jovens. Não obstante, a defesa de que

não devem existir qualificações académicas mínimas para se encetar a carreira de treinador, maioritariamente assumida pelos treinadores que não possuem formação superior, é questionável ante as elevadas exigências desta profissão.

Mais se realça neste estudo a ideia de que mais importante do que quem forma é como se forma, na medida em que os treinadores advogam maioritariamente a formação efectuada por entidades formadoras devidamente reconhecidas, sejam elas do sistema desportivo ou do académico. A formação superior em Educação Física e Desporto mostrou ser uma mais-valia no reconhecimento das reais prerrogativas no acesso à formação, indo ao encontro do que é apontado pela literatura mais recente, com destaque para o projecto AEHESIS. Esta evidência também encontra eco no facto de a experiência profissional não distinguir as representações dos treinadores, sendo no nível de escolaridade, ou seja, na qualidade e na quantidade da formação académica, que se distinguem essas mesmas representações.

Assim, para o nível da prática, o presente estudo realça a importância de os treinadores possuírem pelo menos o Ensino Médio, porquanto na sua ausência apresentam perspectivas redutoras das reais prerrogativas para o acesso à carreira de treinador, entre outras possíveis limitações que não foram objecto de análise no presente estudo.

Futuros estudos de âmbito qualitativo, com acesso a um conhecimento mais profundo, situado e fundamentado nos treinadores, em particular em *experts*, permitirão aceder a novas perspectivas e, com isso, contribuir para a qualificação dos programas de formação de treinadores.

Agradecimentos

Este artigo é parte de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal, através do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de apoio III, e participado pelo Fundo da Comunidade Europeia (FEDER) com a seguinte referência: PTDC/DES/67190/2006 y FCOMP-01-0124-007177-FEDER.

ENTERING THE COACHING CAREER AND RECOGNITION OF THE COACH EDUCATION AGENCIES. A STUDY OF PORTUGUESE COACHES' ACADEMIC EDUCATION LEVEL AND PROFESSIONAL EXPERIENCE

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the representation of 336 Portuguese coaches about the age and minimum education requirements for accessing the coaching career and the recognition of coaching education agencies in relation to the education level and professional experience. A questionnaire was applied, after construction and content validation. Coaches generally indicated eighteen as the minimum age for accessing the coaching career. As for the minimum education required, the highest values were recorded at category *all*; only coaches with education in Physical Education and Sport emphasized the importance of higher education level. The coaches considered that the coach education must be developed by all recognized agencies. Coaches with higher education in Physical Education and Sport pointed out the complementarity between the federations and the courses of Physical Education and Sport. The professional experience did not differentiate the representations of coaches.

Keywords: Coach Education. Academic education. Professional experience.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, A.; COLLINS, D. Examining and Extending Research in Coach Development. *Quest*, v. 50, p. 59-79, 1998.
- ABRAHAM, A.; COLLINS, D.; MARTINDALE, R. The coaching schematic: validation through expert coach consensus. *Journal of Sport Sciences*, v. 24, no. 6, p. 549-64, 2006.
- BLOOM, G. **Characteristics, knowledge, and strategies of expert team sport coaches**. 1997. Tese de Doutorado, University of Ottawa, *Canada*, 1997.
- CAMPBELL, S. Coaching education around the world. *Sport Science Review*, v. 2, no. 2, p. 62-74, 1993.
- CASSIDY, T.; JONES, R.; POTRAC, P. **Understanding sports coaching: the social, cultural and pedagogical foundations of coaching practice**. London: Routledge, 2004.
- CÔTÉ, J. Coaching research and intervention: an introduction to the special issue. *Avante*, v. 4, no. 3, p. 1-15, 1998.
- CÔTÉ, J.; GILBERT, W. An integrative definition of coaching effectiveness and expertise. *International Journal of Sports Science and Coaching*, v.4, p.307-323, 2009.
- CUSHION, C.; NELSON, L.; ARMOUR, K., LYLE, J., JONES, R., SANDFORD, R.; O'CALLAGHAN, C. Coach Learning and Development: *A Review of Literature*. **The National Coaching Foundation**, UK, 2010.
- DEMERS, G.; WOODBURN, A.; SAVARD, C. The development of an undergraduate competency-based coach education program. *The Sport Psychologist*, v. 20, p. 162-173, 2006.
- PORTUGAL (Diário da República). Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de Dezembro de 2008. **Diploma do regime de acesso e exercício da actividade de treinador de desporto**. In: D.R. n.º 252, 3.º Suplemento, Série I de 12 dez. 2008
- DUFFY, P. Curriculum Model Development - Sport Coaching. In: Petry, K.; Froberg K.; Madella, A. (ed.). Cologne: German Sport University, 2006. p.71-120.
- ERICKSON, K.; BRUNER, M.; MACDONALD, D.; CÔTÉ, J. Gaining Insight into Actual and Preferred Sources of Coaching Knowledge. *International Journal of Sports Science & Coaching*, v. 3, no. 4, p.527-38, 2008.
- GILBERT, W. An annotated bibliography and analysis of coaching science. *International Journal of Volleyball Research*, p. 24-36, 2002.
- GILBERT, W.; CÔTÉ, J.; MALLETT, C. Development paths and activities of successful sport coaches. *International Journal of Sports Science & Coaching*, v.1, no. 1, p. 69-76, 2006.
- GILBERT, W.; TRUDEL, P. An evaluation strategy for coach education programs. *Journal of Sport Behavior*, v.22, no. 2, p. 234-250, 1999.
- INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL. **Programa Nacional de Formação de Treinadores**. In: IDP, Lisboa, 2010.
- IBÁÑEZ, S.; DELGADO, M.; LORENZO, M.; DEL VILLAR, F.; RIVADENEIRA, M. Análisis de la formación del entrenador deportivo. El entrenador de baloncesto. In: **Experiencias de formación de docentes y entrenadores en el ámbito de la actividad física y el deporte**. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura; Consejo Superior de Deportes, 1997. p. 83-129.
- JONES, R. L. How can educational concepts inform sports coaching? In: Jones, Robyn. **The sports coach as educator: reconceptualising sports coaching**. London: Routledge, 2006. P. 3-13.
- JONES, R.; ARMOUR, K.; POTRAC, P. **Sports Coaching Cultures: From practice to theory**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004.
- KIRK, D.; GORELY, T. Challenging thinking about the relationship between school physical education and sport performance. *European Physical Education Review*, v. 6, no. 2, p.119-134, 2000.
- KNOWLES, Z.; BORRIE, A.; TELFER, H. Towards the reflective sports coach: issues of context, education and application. *Ergonomics*, v. 48, no.11-14, p. 1711-1720, 2005.

- KOZEL, J. Educating coaches for the twenty-first century - a German perspective. **The Sport Educator**, v. 9, no. 3, p. 41-44, 1998.
- LYLE, J. **Sports coaching concepts**: A framework for coaches' behaviour. London: Taylor & Francis Group, 2002.
- MESQUITA, I. R. Contributo para uma mudança de paradigma na formação de treinadores: razões, finalidades e contextos. In: Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (Eds.). **Desporto e Educação Física em Português**. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2010. cap. 5, 2010, p.84-99.
- NELSON, L. J.; CUSHION, C. J.; POTRAC, P. Formal, Nonformal and Informal Coach Learning: A Holistic Conceptualisation. **International Journal of Sports Science and Coaching**, v.1, p. 247-259, 2006.
- RESENDE, R.; MESQUITA, I.R.; ROMERO, J. Caracterização e representação dos treinadores acerca da formação de treinadores de Voleibol em Portugal, 2007. Disponível em: (<http://www.efdeportes.com/efd112/formacao-de-treinadores-de-voleibol-em-portugal.htm>). Acesso em: 20 de Abr. 2009.
- ROSADO, A. F.; MESQUITA, I. Modelos, concepções e estratégias de formação de treinadores. In: Rosado, António; Mesquita, Isabel (Eds.). **Pedagogia do Desporto**. Lisboa: Edições FMH – UTL, 2009. cap. 9, p. 207-219.
- ROY, M.; VILLENEUVE, C. Identification de méthodes d'acquisition de connaissances chez des entraîneurs de gymnastique. IN 70^a CONGRESS DE L'ACFAS, 2002, Québec, Canada, 2002.
- RUPERT, T.; BUSCHNER, C. Teaching and coaching: a comparison of instructional behaviors. **Journal of Teaching In Physical Education**, v.9, p. 49-57, 1989.
- SALMELA, J. Great job coach! Getting the edge from proven winners. Ottawa, Canada: Potentiun, 1996.
- SANTOS, S.; MESQUITA, I.; GRAÇA, A.; ROSADO, A. Coaches' perceptions of competence and acknowledgement of training needs related to professional competences. **Journal of Sports Science and Medicine**, v.9, p. 62-70. 2010.
- TRUDEL, P.; GILBERT, W. D. Coaching and coach education. In: *Handbook of Physical Education*. Kirk, D., O' Sullivan, M.; Macdonald, D. (ed). London: Sage, 2006. P. 516-539.
- WRIGHT, T.; TRUDEL, P.; CULVER, D. Learning How to Coach: The Different Learning Situations Reported by Youth Ice Hockey Coaches. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v.12, 127-144, 2007

Recebido em 12/03/2010

Revisado em 22/07/2010

Aceito em 22/08/2010

Endereço para correspondência: Isabel Mesquita. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Rua Dr. Plácido Costa, 91, 4200-450, Porto, Portugal. E-mail: imesquita@fade.up.pt